

A CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

Carlos Eduardo Moreira de Araújo¹

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da Cidadania*. Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2012.

As políticas públicas implementadas pelo governo federal das duas últimas décadas têm se voltado à democratização do ensino superior. Dados divulgados pelo Ministério da Educação indicam que entre 2004 e 2008 houve um crescimento de 53 % de estudantes oriundos das classes C e D matriculados nas diversas instituições públicas e privadas do país.

Esses dados indicam que a educação ainda é um valor importante para as classes populares. Ter um “diploma” de ensino superior significa, entre outras coisas, ascensão social e financeira, algo muito representativo numa sociedade “bacharelesca”, conforme apontado por José Murilo de Carvalho.

Atualmente o estímulo do Estado na área educacional se volta para o ensino técnico através do PRONATEC, programa que tem como objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Estimular a preparação de trabalhadores para o setor de infraestrutura é fundamental no desenvolvimento econômico de qualquer país.

O pequeno balanço do quadro atual da educação no Brasil é para destacar que a busca pela qualificação educacional com vistas à ascensão social e

¹ Doutor em História Social UNICAMP. Professor Adjunto do Curso de História do Centro Universitário UNIABEU.

econômica não nasceu da vontade política dos últimos governos. Suas raízes remontam ao século XIX e é isso que Marcelo Mac Cord traz em sua obra.

Fruto de sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós Graduação da Unicamp, *Artífices da Cidadania* recebeu o Prêmio Capes de Teses 2010 na área de História, demonstrando a importância do livro para a atual historiografia. O cenário escolhido para o estudo foi a cidade do Recife dos oitocentos. O objeto a Sociedade das Artes Mecânicas. O argumento principal do autor baseia-se na existência de uma classe operária composta por homens livres de cor em uma sociedade escravista.

Esses homens lutaram pela manutenção do prestígio e status social que seus conhecimentos mecânicos conferiam. A associação criada em 1841 tinha dois objetivos bem definidos: auxílio mútuo e instrução dos futuros artesãos em aulas noturnas.

Nascidos livres numa sociedade escravista, esses homens de cor lutaram pela importância econômica, social e política de sua arte. Aproveitaram-se da conjuntura política pernambucana e imperial, utilizaram-se do clientelismo político a seu favor e construíram a sede da sua escola, o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Quase tudo estava contra o projeto desses homens. Os obstáculos e as estratégias utilizadas por esses artífices são amplamente detalhadas e analisadas por Marcelo Mac Cord.

Não à toa, Silvia Lara destaca no prefácio que *Artífices da Cidadania* “apresenta uma contribuição duplamente inovadora para a história das organizações dos trabalhadores e da educação no Brasil oitocentista”: “mostra como os processos históricos são entrelaçados pelas vontades individuais, pelos sentimentos de grupo e pela dinâmica social”. E ainda, “como a dignidade, o orgulho e a perseverança foram armas fundamentais para que esses homens de cor superassem a discriminação contra negros e escravos numa sociedade que desqualificava o trabalho manual” (p.25).

O grupo de artífices – liderados pelo mestre carpinteiro José Vicente Ferreira Barros – fazia parte da Irmandade de São José do Ribamar, confraria responsável pela emissão das “cartas de exame”, documentos que habilitavam os mestres nos ofícios de pedreiros, carpinteiros, marceneiros e tanoeiros desde o século XVIII. A valorização de sua mão de obra através da qualificação profissional foi a chave

encontrada por esse grupo de trabalhadores para manterem o controle sobre a sua organização e, em última instância, o mercado de trabalho perdidos com a extinção das corporações de ofício na Constituição de 1824.

A mudança na lei não significou nenhuma alteração na formação desses profissionais. Vendo a lacuna deixada pelos governos imperial e provincial esses homens de cor acionaram as suas redes políticas e tomaram a frente do processo de formação nas artes mecânicas. Segundo Mac Cord, “eles valorizavam o trabalho com inteligência, a perícia, o respeito às hierarquias, a distinção social e usavam a Irmandade como uma instituição agregadora dos praticantes daqueles ofícios.” (p.30)

Percebendo as transformações econômicas e políticas ocorridas na década de 1840, e procurando atender às expectativas das elites letradas que buscavam – ao menos retoricamente – o “progresso” e a “civilização” do trabalhador nacional, esses artífices fundaram a Sociedade das Artes Mecânicas, associação laica de auxílio mútuo. Entre a concessão de pecúlios, a captação de serviços e a formação continuada, esses homens atendiam as expectativas de organização política e criaram um espaço importante de poder através da experiência conquistada ao longo do tempo. Entre os seus principais concorrentes estavam os estrangeiros – em sua maioria portugueses, franceses e alemães - que ostentavam a marca do “progresso” e “civilização” do trabalho. Suas práticas e organização deveriam inspirar e, mais do que isso, “moralizar” o trabalhador nacional.

A conjuntura política da década de 1850 com a segunda proibição do tráfico atlântico de escravos deu força à instituição, rebatizada Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Seus líderes transformaram-se nos principais interlocutores do governo pernambucano em torno da questão do controle da mão de obra livre. A conquista de espaço político e o relativo domínio da formação nas artes mecânicas do Recife criaram tensões incontornáveis com a Irmandade de São José de Ribamar – instituição ligada à formação original desse grupo. As disputas internas levaram à expulsão da Sociedade do território santo.

Na década de 1860 a Sociedade teve que se reorganizar. A conjuntura econômica cada vez mais liberalizante e a desorganização provocada pela ausência de uma sede quase inviabilizou o projeto desses artífices. As redes clientelísticas formadas com as elites políticas locais e o poder conquistado por essas alianças

transformou a instituição comandada por esses homens de cor em Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Essa virada institucional permitiu o efetivo controle da formação da mão de obra com a concessão do “privilegio de administrar o futuro Liceu de Artes e Ofícios”.

Mac Cord promoveu a mudança de alguns paradigmas historiográficos em torno da organização do trabalho livre ao longo do século XIX. Uma das contribuições de *Artífices da Cidadania* é mostrar que as Irmandades e associações laicas conviveram lado a lado na organização dos trabalhadores especializados até meados da década de 1860. A Constituição de 1824 não transformou de uma hora para outra os modelos associativos de trabalhadores. “Os profundos imbricamentos entre as duas agremiações oferecem, portanto, um caminho alternativo às leituras clássicas de que o liberalismo tenha necessariamente forçado os artífices especializados a trocarem suas “arcaicas” confrarias pelas “modernas” associações” (p. 33).

A formação de sociedades de auxílio mútuo a partir da proibição das corporações de ofício – que foram apontadas pela historiografia do tema como o caminho natural tomados pelos trabalhadores no início do século XIX – foi relativizado pelo autor. É nesse ponto que Mac Cord apresenta uma excelente alternativa à ideia de “transição” do trabalho escravo para o trabalho livre. Beneficiado pelas inúmeras pesquisas recentes sobre a convivência de vários modelos de exploração do trabalho durante a vigência do escravismo no Brasil, Mac Cord apresenta questionamentos irrefutáveis à ideia de que as organizações mutualistas do século XIX se enquadrariam na fase “pré-histórica” da formação do proletariado brasileiro.

As associações de trabalhadores criadas em função da proibição das corporações de ofício, muito mais que uma “proto-organização sindical”, serviram como espaços garantidores de ascensão social através das artes mecânicas e da instrução. Adiciona-se ainda o fato das principais lideranças da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais ser composta por homens livres de cor. Isso significa que, além de buscarem o controle do mercado de trabalho, esses agentes superaram dois estigmas: o desprestígio das artes mecânicas (trabalho manual) e a incapacidade de ascensão social dos descendentes de escravos.

As opções feitas por esses artífices em associar-se às elites letradas do Recife somadas à capacidade de entenderem o momento histórico pelo qual passavam demonstram claramente que as atitudes e alianças formadas estavam preocupadas em dar respostas às necessidades daquele momento e não com o por vir. Apesar dos percalços e distensões sofridas por essas escolhas, esses homens de cor conquistaram prestígio social e político mesmo com os imensos obstáculos à sua frente.

Na conclusão do livro, Mac Cord traz uma foto que representa a coroação dos esforços empreendidos por várias gerações de artífices do Recife. Em 1880 foi inaugurado o palacete do Liceu de Artes e Ofícios. A imagem registrada pelo fotógrafo Menna da Costa é utilizada pelo autor como a síntese de seu livro e da construção da cidadania empreendida por esses homens. A ampla e profunda pesquisa documental – digna de nota – possibilitou a análise densa da imagem que, segundo o autor, configurou-se como um “recado numa garrafa”. Nesse “recado” estão presentes os personagens e as relações de poder estabelecidas em prol da construção do espaço educacional e também de poder político, ascensão social e conquista da cidadania.

Sem dúvida, *Artífices da Cidadania* é um excelente exemplo de análise que reforça a ideia de que a pobreza, a cor e as dificuldades impostas por uma sociedade excludente não significam a total submissão aos valores impostos “de cima” e muito menos ao desamparo. Filiado à um dos mais importantes teóricos da História Social, Marcelo Mac Cord mostra que há mais ligações entre o “fazer-se” da classe operária inglesa e os trabalhadores livres de cor brasileiros do que pensava parte da historiografia nacional. Fica o convite à leitura para quem quiser desbravar os percalços, sucessos e insucessos na construção da cidadania através da valorização da educação e do trabalho no Brasil dos oitocentos.